

# Ser Criança e Ter Infância na Pastoral da Criança

José Mateus do Nascimento<sup>1</sup>  
Marlúcia Menezes de Paiva<sup>2</sup>

## Resumo

---

Pesquisa desenvolvida no Bairro Parque dos Coqueiros, em Natal, Rio Grande do Norte, analisa a ação socioeducativa da Pastoral da Criança como pedagogia da sobrevivência nas populações pobres. Os familiares aprendem a lidar com a prevenção, o essencial, o alternativo e as probabilidades, na produção de táticas de escape, diante das condições de exclusão ou mesmo de extermínio social. Dessa maneira, a Pastoral da Criança recupera o sentimento de infância nos bolsões de pobreza, trabalhando para diminuir os índices de desnutrição e mortalidade materno-infantil. Essa pedagogia da sobrevivência firma-se no ensinar-aprender as artes de cuidar da criança pobre.

**Palavras-chave:** Igreja Católica. Pastoral da criança. Ação socioeducativa.

## BEING CHILD AND HAVE CHILDREN IN THE PASTORAL OF THE CHILD

## Abstract

---

Work aims to analyze social and educational actions at Pastoral da Criança, using education as a survival tool. This was done at Parque dos Coqueiros, a neighborhood in Natal, Rio Grande do Norte. The families learn to deal with prevention, the essential, the alternative and probabilities of survival tactics due to exclusion matters or even social extermination. The Pastoral da Criança aims to recover childhood emotions in poverty stricken areas. It also has influence in the diminishing of malnutrition and mother and child mortality. This education for survival is the base on the art of teaching and learning of poverty stricken children.

**Keywords:** Catholic Church. Pastoral da criança. Social-educational actions.

---

<sup>1</sup> Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação – UFRN e filiado à Base de Pesquisa “Educação, História e Práticas Educacionais”. [j.mateus@ufrnet.br](mailto:j.mateus@ufrnet.br)

<sup>2</sup> Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação – PUC/SP e coordenadora da Base de Pesquisa “Educação, História e Práticas Educacionais” – UFRN. [marlup@ufmet.br](mailto:marlup@ufmet.br)

A pedagogia da sobrevivência é pedagogia do cuidado e por isso está relacionada ao cultivo do sentimento de infância entre os familiares da criança pobre, acompanhada pela Pastoral da Criança (PCr).

Os discursos dos Agentes Pastorais falaram da infância como um sentimento atrelado à condição de vida da criança, isto é, dependendo da situação social de cada criança, a infância foi qualificada como boa, ou ruim; presente, ou ausente. Ocorreu um discurso comum que identificou a pessoa da criança como sujeito de direitos, reflexo das recentes políticas de valorização da infância, e que também demonstrou conservar noções tradicionais como a que, historicamente, trata a criança, significando inocência, pureza e futuro, como aquela que é preservada e educada em função da construção de uma sociedade melhor.

Autores como Del Priore (2002) e Kuhlmann Jr. (2004) discutem que o sentimento de infância, como desprendimento de cuidados para com a criança, advém antes mesmo do Renascimento. O que ocorreu durante a Modernidade foi a acentuação desse sentimento por uma melhor diferenciação entre o ser adulto e o ser criança, intermediado pela distinção entre espaço público e privado.

O sentimento moderno de infância advém do século 17, quando os adultos aumentaram o interesse pelas crianças e se preocuparam em destinar para elas um conjunto de cuidados específicos. A esse respeito, Dornelles (2005, p. 32) diz que a decisão foi “associada a uma série de práticas no que diz respeito à vida e ao cuidado das crianças, tornando-as cada vez mais dependentes dos adultos”.

Até o século 16, era cultivado um sentimento teológico de infância, que via a criança como imagem de Deus, porém contaminada pelo pecado original. Alimentaram esse sentimento pensadores como Lutero (1483-1546) e Erasmo (1469-1536).

Foi Montaigne (1533-1592) o divulgador da idéia de que a infância é uma construção e foi ele que tratou sobre subjetividade e individualidade infantis. Discutiu a possibilidade de a criança ser uma pessoa que pensa e

possui vontades próprias. Locke (1632-1704), seguindo o mesmo raciocínio, defendeu que a criança era possuidora de particularidades, o que exigia dos adultos cuidados adequados.

Ariès (1981) relaciona essa mudança de concepção e atitudes dos adultos diante das crianças com a organização da família nuclear e da escola burguesa, como espaços privado e público de relações sociais na Europa. A delimitação das fronteiras entre o público e o privado atribuiu aos pais responsabilidade com a prole. Criou-se, então, no interior das famílias burguesas, a dependência social da criança e a necessidade de instruí-la.

O advento da família burguesa nuclear determinou a intimidade da vida do homem moderno. O espaço privado da casa, em oposição ao espaço público do trabalho e do mercado, passou a destinar-se ao descanso, ao lazer e aconchego dos filhos. A figura da criança assume o centro dessa configuração.

Conforme Charlot (1986), a presença da dimensão socioafetiva familiar foi essencial para o desenvolvimento do sentimento de infância como sendo uma fase que precede à idade adulta do ser humano, caracterizada pelo movimento, pelas mudanças e pelo crescimento. Essa idéia nasce e se estabelece nas relações de interdependências entre as crianças e os adultos, resultando em maneiras de cuidar que são histórica e socialmente determinadas.

O modo de vida capitalista acentuou a diferenciação entre a pessoa adulta e a pessoa criança, investindo na seleção de características e necessidades peculiares a cada indivíduo. O processo de individualização e racionalização, que Touraine (2002) denunciou por meio de suas obras, foi responsável pela intensificação e sistematização do sentimento de infância, entendendo a criança como um indivíduo em desenvolvimento, carente de formação e proteção.

Araújo (2005) comenta que, ao lado da família, o espaço escolar foi apresentado por Comenius (1592-1670) como necessário para a instrução moral da criança enquanto pessoa humana em desenvolvimento tanto intelectual (mente), biológico (corpo), quanto espiritual (alma). A escola apresentou-se

como instituição modeladora, disciplinadora, formadora para a vida em sociedade. Nos bancos escolares, a criança torna-se aluno, aquele que aprende, é iluminado pelo mestre. Essa centralidade que passa a gozar a criança na família e na escola, também foi ressaltada por Pestalozzi (1746-1827).

As instituições família e escola foram eleitas como instâncias de abrigo da criança e promotoras do sentimento de infância, dentro dos padrões estabelecidos pela Modernidade. A partir desse período, Corazza (2006, p. 77) comenta que era comum a:

*[...] infância moderna, cultuada nos templos da Família e da Escola, e mantida pela doutrina dos saberes adultos. Nessa espécie de religião, a infância passa a ser uma ficção-prática, inventada por um humano carente de imortalidade.*

A família constituiu-se espaço privado de formação e de proteção das novas gerações, aliada à escola, criada como espaço social de formação, que transforma o sujeito-infante em sujeito-aprendiz da cultura do mundo social adulto. Na condição de infante, a criança apresenta-se como semente sinônimo de futuro, *locus* de investimento, uma invenção a ser cultivada.

Kuhlmann Jr. (2004, p. 29) explica que a infância passa a ser socialmente compreendida por meio de um sentimento, representação que os adultos fazem sobre a primeira fase da vida humana e também como condição<sup>3</sup> da criança, o que constitui “um discurso histórico cuja significação está consignada ao seu contexto e às variáveis de contexto que o definem. [...] contextos de natureza econômica, social, política, cultural, demográfica, pedagógica, etc.” O sentimento de infância foi historicamente construído; diz respeito às relações específicas entre adultos e crianças em diferentes condições sociais, pautadas pela inclusão ou exclusão de significados, valores, bens e direitos.

---

<sup>3</sup> A infância como condição, forma de existência. No sentido das oportunidades de sobrevivência, tal como Arendt (1999) discute em sua teoria que a possibilidade de escape está relacionada a circunstâncias de restrições ou de acesso a bens materiais e culturais. O ter infância atrelado a condicionantes que determinam o ser humano criança.

Vei ga (2004, p. 62) ainda fala que foi mediante a difusão dos padrões de comportamento de um adulto civilizado, que a partir do século 18, produziu-se a infância como tempo social único. A criança traduzida no Emílio de Rousseau (1712-1778) passa a ser considerada como indivíduo em formação, repleto de desejos, interesses e em prontidão para aprender. A sociedade percebeu a “criança como um outro distinto.”

Rousseau fez referência à criança como indivíduo que assume significados distintos diante dos sentimentos dos adultos. A primeira fase da vida humana, propícia para o cultivo da infância, é caracterizada pela dependência, vulnerabilidade, necessidade de formação e construção da identidade.

No século 19, o ser criança estava diretamente atrelado ao estado natural de infância, que cultivava os sentimentos de fragilidade, impotência, inocência e dependência porque carente de cuidados. Esse sentimento de infância saudável esteve por muito tempo atrelado à noção do que Castel (2005, p. 41, 94) denominou de uma “modernidade restrita, porque não conseguiu realizar a grande proeza de aplicar ao conjunto da sociedade os princípios da autonomia e da igualdade dos direitos aos indivíduos”. Pelo contrário, por meio do liberalismo legitimou-se a anarquia de um mercado, firmado no acúmulo egoísta, produtor de severas assimetrias entre os grupos sociais, identificados como ganhadores e perdedores, ricos e miseráveis.

Com a evidência da miséria, ocorreu um esvaziamento do sentimento burguês de infância. A criança pobre apresenta-se carente de família, escola e de cuidados específicos, exigidos para aquela faixa etária. A criança pobre surge no seio das diferenças sociais, culturais e étnicas, sendo a segregada, porque diferente, desprotegida e mais vulnerável às doenças.

No Brasil, o sentimento de infância na criança pobre começa a ser cultivado fora do espaço familiar tradicional a partir do século 19, com as Casas dos Expostos, instituições de caridade criadas para amparar e cuidar das crianças enjeitadas. As rodas dos enjeitados, como eram popularmente conhecidas, lutou pioneiramente a favor da sobrevivência das crianças abandonadas, atingidas pela exclusão social.

Segundo Farias (2005) esse sentimento de infância consolida-se durante o século 19 com o movimento médico-higienista que defendia o amparo da criança no seio da família. Intencionando combater a mortalidade infantil, os médicos higienistas investiram na produção de diversos manuais de puericultura para orientar as mães no cuidado dos filhos.

Em oposição às amas-de-leite e às rodas dos expostos, o movimento médico-higienista foi influente no cultivo das idéias de uma pedagogia do cuidado infantil no seio da família, também reflexo de um processo de racionalização da infância, por meio da organização e do desenvolvimento de saberes científicos sobre a pessoa da criança, sistematizados pela Psicologia, Pediatria e Pedagogia.

Para Del Priore (2002) a pobreza e a falta de escolarização da criança pobre brasileira influenciaram uma compreensão diferente sobre o sentimento de infância, processo distante do modelo europeu, apresentado por Ariès na década de 60 do século 20.

Com o agravamento das desigualdades sociais e o conseqüente aumento da pobreza devido ao avanço do modo de vida capitalista, particularmente durante o século 20, concebe-se uma criança socialmente excluída, usurpada de seus direitos e deslocada da família: uma infância institucionalizada, indisciplinada, que confrontou o instituído sentimento burguês de infância. Esse tipo de criança passa a ser tratado como menor abandonado ou menor infrator, capaz de traduzir a violência e a criminalidade do mundo adulto. Esse tipo de representação sobre a criança pobre também se apresenta nos estudos desenvolvidos por Nascimento (2004) durante os anos 40 e 50. A partir desse período, a sociedade aprendeu a fazer distinção entre ser criança e ser menor, diante da possibilidade da concepção de diferentes infâncias. Idéia referendada por Nunes (2005, p. 94): “a infância pobre, ao se tornar visível, torna-se, também diferente”. Aspecto esse presente nas falas de alguns agentes pastorais entrevistados.

No início do século 21, observamos ainda a persistência de ambigüidades com relação ao sentimento de infância. As contradições ocorrem em várias dimensões da vida social, como Veiga (2004, p. 38) esclarece: “tanto do ponto

de vista do seu tratamento, por meio da permanência de atos de violência física e moral contra a criança, como de sua percepção, a criança por ela mesma e o adulto que virá a ser”. Esse tipo de discriminação atinge principalmente a criança pobre, que é esquecida pelos poderes públicos e até pela própria família.

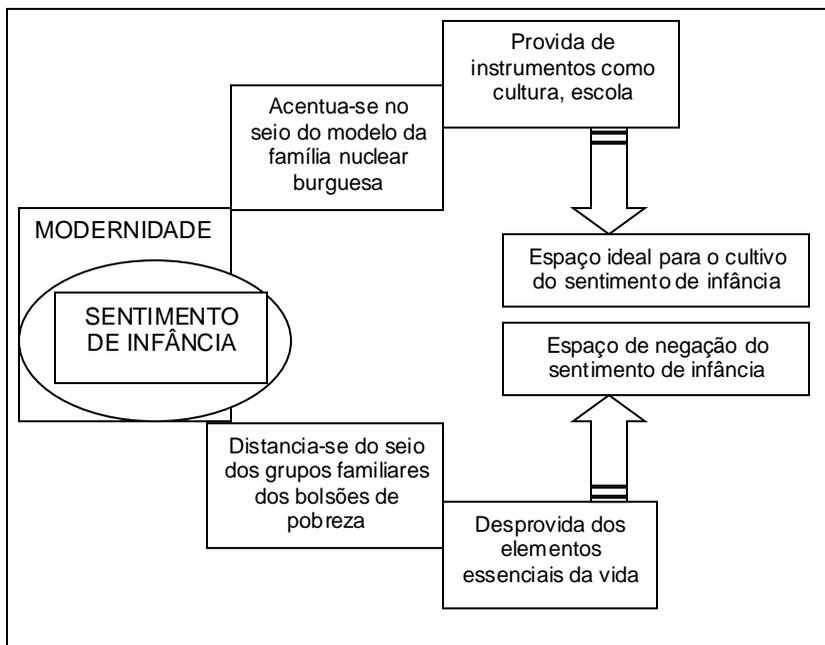
Conforme Kuhlmann Jr. (2004, p. 31), não há um sentido unidirecional para o desenvolvimento do sentimento de infância:

*[...] é preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las como produtoras da história. [...] o significado de infância se torna imediatamente abstrato [...].*

Nesse sentido, Lopes e Galvão (2005) defendem que tanto a concepção de criança como a de infância tem mudado ao longo do tempo, posto que não se trata apenas de uma fase biológica, mas de uma construção histórica, cultural, cívica e até jurídica. Essa imprecisão conceitual foi também evidenciada nos discursos dos agentes pastorais da PCr.

O moderno sentimento de infância exige para a pessoa da criança a satisfação dos direitos de ser acolhida pela família, freqüentar uma escola, gozar de saúde, segurança e lazer, bens socioculturais facilmente usufruídos pelos filhos da burguesia emergente européia, do século 16 e 17, mas colocados em questão para as crianças que eram filhas do agricultor, do pequeno comerciante e das famílias pobres da Europa.

É um sentimento paradoxal, como se pode observar no Esquema 1. Ocorreu que por um lado – o da burguesia – o ideário de infância foi cultivado; no lado oposto – nos espaços da pobreza – esse sentimento foi historicamente negado.



Esquema 1: O sentimento de infância na modernidade

O Esquema 1 possibilita a observação das distintas condições sociais orientadas pela (des) apropriação de bens materiais e culturais, que determinam diferentes grupos sociais e tipos de criança/infância. Como observado, na Modernidade a infância como condição da criança constitui-se num paradoxo, pois tem por base o projeto da ética do cuidado, mas que não atinge todas as crianças indistintamente. A Modernidade foi capaz de acentuar o sentimento de infância, mas foi incapaz de estendê-lo à sociedade. O processo de exclusão de grupos sociais também é responsável pela subtração do sentimento de infância. A família pobre desprovida dos bens socioculturais acaba sendo furtada da ética do cuidado e, conseqüentemente, do sentimento de infância.

O sentimento de infância sobre os moldes modernos que propõe a satisfação das necessidades de moradia, educação e saúde para todas as crianças, condição apresentada por Ariès (1981), é bastante questionada no Brasil, pois

a criança pobre brasileira historicamente foi desprovida de família, escola e proteção. Somente a partir do final do século 19, foram evidenciadas as primeiras iniciativas públicas de amparo à criança pobre por meio das Santas Casas de Misericórdia nos Estados da Bahia (1726) e do Rio de Janeiro (1738). A Roda dos expostos ou enjeitados, anteriormente citadas, evidencia a ausência do sentimento de infância no cotidiano das crianças pobres que eram facilmente abandonadas ao próprio destino, pois eram filhos de ex-escravas, prostitutas e moradores dos cortiços que se proliferavam nos centros urbanos.

Nessas condições sociais, o processo de racionalização ajudou na definição do que representa ser criança pobre, um indivíduo em potencial para mão-de-obra barata. Assumindo a posição de instrumento de exploração da força de trabalho, sem direito à escola, perpetuaram o ciclo das profundas desigualdades sociais que assolam o país.

Faz-se necessário refletir sobre as condições de vida da criança pobre e questionar se ela goza dessa infância apregoadá pela modernidade, invenção do ideário burguês de sociedade. No contexto desta pesquisa, evidenciamos um quadro típico da situação de exclusão social, no qual a criança, num bairro de periferia, convive com a ausência de saneamento básico, de coleta do lixo e de condições dignas de moradia.

O fato remete à reflexão de que há uma contradição quando se entende o sentimento de infância como condição da criança, sem considerar os determinantes sociais. Não podemos pensar o cuidado das crianças pobres, quando as famílias que as acolhem são excluídas do direito à vida. Bens essenciais como alimentação, moradia e vestuário são sonegados aos pais, e, conseqüentemente, as crianças são as mais atingidas por essa condição de miséria.

Há a necessidade de fornecer à criança pobre brasileira a condição de sujeito social; oportunizar a vivência de uma infância que signifique cuidado, cumprimento dos direitos humanos. Essa tem sido uma luta presente ainda hoje na retórica dos movimentos sociais: reconstituir o sentimento de infância nos bolsões de pobreza.

A PCr procura manter uma ação socioeducativa que tenta alcançar essa criança castigada, preocupando-se em acompanhá-la juntamente com seus familiares. A presença dos líderes nas comunidades pobres tem estimulado a discussão sobre o “ser” criança e o “ter” infância em situação de pobreza. Por meio das modalidades de ação que orientam os pais no cuidado com os filhos, a PCr tenta cultivar um sentimento de infância, vinculando-o à efetivação dos direitos que a criança deveria usufruir, tendo uma boa alimentação, moradia, saúde, educação e lazer.

Diante das precárias condições sociais, entretanto, em que vive a maioria das famílias acompanhadas, usurpadas de seus direitos humanos, alguns agentes pastorais (AP)<sup>4</sup> falam sobre a ausência do sentimento de infância como uma cruel realidade no interior das comunidades: “Quando olhamos para a realidade, notamos que muitas crianças são subtraídas da infância”<sup>AP4</sup>. ou “Tomara que essas crianças nunca se arrependam por não terem tido infância”<sup>AP8</sup>. O que significa, no entanto, para esses agentes uma infância subtraída ou negada? Os próprios agentes respondem que: “A subtração da infância ocorre quando ela não tem oportunidade de brincar”<sup>AP4</sup>; “Quando a mãe maltrata a criança tira toda a sua infância<sup>AP5</sup>”, ou seja, quando os direitos de ser criança são usurpados.

Outros agentes, mais próximos das comunidades, ao falarem sobre essa não-infância, remetem-se às próprias experiências pessoais de quando eram crianças: “Eu não tive infância. Minha mãe, meu pai separados. Nunca tive próximo da minha mãe [...]. Sempre a mercê dos outros”<sup>AP8</sup>; “Infância é aquilo que não tive [...] Eu não tive tempo de brincar, de correr, de pular, de fazer tudo aquilo que as crianças hoje fazem. Eu não tive infância. Eu trabalhava muito”<sup>AP9</sup>. Os discursos denunciam que a infância subtraída traduz a ausência do amparo da família, atualmente fragilizada pela separação dos pais, bem como, dos direitos de brincar, ante à necessidade de trabalhar para ajudar os pais na manutenção da casa.

<sup>4</sup> Durante o trabalho, utilizamos as siglas AP1, AP2, AP3, AP4, AP5, AP6, AP7, AP8, AP9, AP12, em sobrescrito para identificar os discursos dos agentes pastorais entrevistados.

Essas falas pertencem a agentes pastorais nascidos e criados na própria comunidade em que atualmente realizam o trabalho da PCr. Por isso, a maioria esteve nas mesmas condições em que se encontram as crianças hoje acompanhadas por eles. Trazem consigo alguns receios: “eu não desejo para ninguém, pra nenhuma criança que perca a infância”<sup>AP8</sup>; “Dou aos meus filhos uma vida que eu não tive”<sup>AP9</sup>.

São adultos que avaliam se tiveram ou não infância, fazendo uma relação com o tempo em que foram crianças e refletem sobre a maneira como também tiveram sonegadas as condições mínimas de sobrevivência. Essa consciência somente é possível quando comparam as condições de vida de crianças em diferentes tempos e espaços sociais.

Para esses agentes, as condições sociais da criança podem determinar a presença ou a ausência da infância num determinado grupo social. Quando se perde a infância, a criança encontra razões adversas que comprometem a própria sobrevivência: “Na rua se perde a infância e vai encontrar só violência, coisas ruins como drogas”<sup>AP5</sup>. Para alguns líderes, a perda da infância pode comprometer a formação do caráter da pessoa: “Nos tomaremos um adulto rebelde se perdermos a nossa infância”<sup>AP8</sup>.

Kuhlmann Jr. (2004) considera que essa condição da criança pobre é um reflexo de uma sociedade que sonega a dignidade humana à grande parte da população adulta. Refere-se a uma subtração de dimensão bem maior, marcada por situações deploráveis de sobrevivência, que determinam diferentes graus de carência. Essa distinção social, étnica e de gênero, institui a negação da oportunidade dessas crianças serem criadas em família e terem acesso a lazer, alimentação, moradia, educação, saúde, segurança, bens constituídos direitos para o ser humano. A infância deve ser um sentimento atrelado ao respeito e à satisfação das necessidades vitais do ser humano.

O sentimento do “ter” infância que emerge dos discursos dos agentes pastorais da PCr, está diretamente relacionado aos direitos que a criança deve usufruir enquanto ser humano: “A infância é a fase mais importante da vida do

ser humano, se for respeitada, cuidada, vista com bons olhos”<sup>AP3</sup>. A garantia de direitos favorece as oportunidades de desenvolvimento da criança pobre: “quando a criança tem oportunidade de viver a boa infância, ela aprende, desenvolve muitas habilidades, conhece o mundo”<sup>AP4</sup>. Para os agentes, a criança que tem infância é respeitada, beneficiada pelo cumprimento dos direitos humanos, que garantem uma vida digna.

Os agentes pastorais referem-se aos “sujeitos de direitos”, termo utilizado por Gondra (2005, p. 10) ao comentar que nossa cultura precisa lembrar que nossas crianças precisam de infância. Nunes (2005, p. 95) complementa, no entanto, que vivemos a contradição de que:

*[...] a partir do lugar da classe, não é mais possível, no Brasil, falar-se de infância. Crianças submetidas ao trabalho, à privação da liberdade e ao confinamento estão apartadas da infância, enquanto tempo de liberdade, de aprendizado e de improdutividade.*

É a partir dessa lógica que os agentes pastorais apresentaram um discurso marcado pelo desejo, pelo sonho, no qual visualizam a criança pobre de 0 a 6 anos, sendo alcançada pela efetivação das políticas públicas de amparo à infância. Assim, instituíram um discurso que articula o sentimento de infância ao que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8069/90): direito à vida e a saúde; à liberdade; ao respeito; à educação, cultura, esporte e lazer. Direitos estabelecidos pela legislação, mas ainda timidamente concretizados, pois dependem de fatores relacionados à estrutura socioeconômica de nosso povo e de um gradual processo de reconhecimento da infância pobre. No seu artigo 4º esse Estatuto (Brasil, 1990, p. 4) reza:

*Art. 4 – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*

Os discursos dos agentes pastorais são influenciados por esses ideários apregoados pelo ECA, que tenta recuperar o papel da família na criação dos filhos. Nesse sentido, as falas apresentaram a família como principal promotora da infância. O ter infância materializa-se pelos cuidados dispensados à criança pelos familiares: “Quando o pai, a mãe dá atenção a essa criança, com certeza ela vai ter uma infância mais completa, mais realizada”<sup>AP5</sup>; “Uma criança bem cuidada, amamentada desde o início, com amor da mãe e da família, tem mais chances de se tornar um adulto construtor da paz”<sup>AP1</sup>. Criança que tem infância dispõe da possibilidade de viver na proteção da família.

Em função desse sentimento de infância, a PCr tenta recuperar a família pobre como espaço promotor de cuidados. Os pais e/ou familiares passam a atuar como co-responsáveis pela formação das crianças, preocupando-se com a nutrição, proteção, afeto, saúde e educação. Nesse sentido, para os agentes: “Quando a mãe maltrata a criança, tira toda a sua infância”<sup>AP5</sup>; “Tudo depende de como ele é cuidado, percebido, amado nesse período”<sup>AP3</sup>.

Pensando e agindo nessa direção, na minha concepção, a PCr precisa tomar alguns cuidados como:

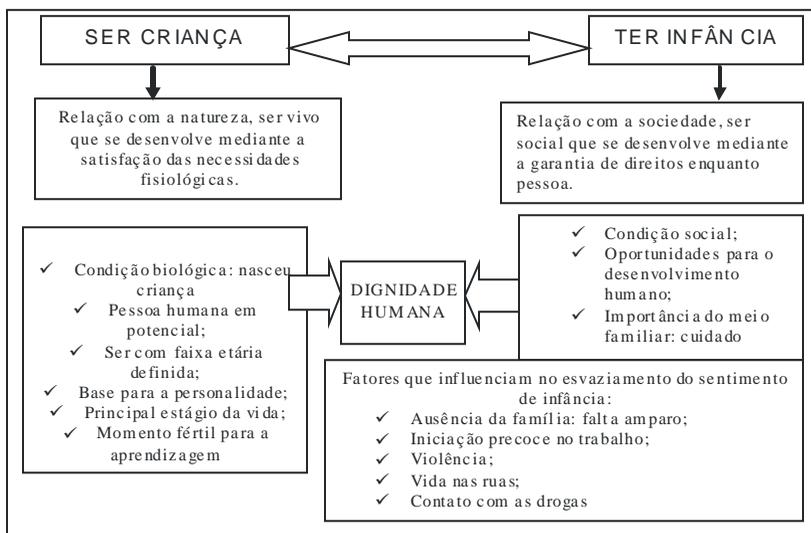
Primeiro: não deve considerar apenas a instituição familiar como único espaço de promoção dos direitos humanos, esquecendo de reivindicar as responsabilidades do Estado, como principal promotor de políticas públicas. Deve privilegiar a família como campo de atuação, mas também considerar as condições de vida em que vivem essas crianças e até que ponto é determinante a omissão do poder público diante das situações de exclusão e pobreza.

Segundo: deve atentar para um dilema que pode vivenciar ao perceber a ausência do padrão de família patriarcal ou nuclear que tínhamos antigamente. Na sociedade atual, a PCr enfrenta o desafio de acompanhar a criança pobre em diferentes modelos familiares e modos de vida. Nesse sentido, a proposta de cultivo do sentimento de infância, na criança pobre, foi redimensionada. Nos grupos familiares acompanhados, tomou-se comum a ausência de um ou dois dos genitores, então sente-se a necessidade de que os familiares ou parentes sejam convocados e responsabilizados como cuidadores da crian-

ça. Desse modo, quando os agentes pastorais se referirem à família, devem distanciar-se daquele modelo nuclear burguês e considerar a família alternativa, formada por diferentes agregados, como espaço possível para o cultivo do sentimento de infância, fenômeno tratado por Tozoni-Reis (2002) como reconfiguração familiar.

Esses cuidados são necessários, porque a condição de ser criança pobre foge aos parâmetros do modelo burguês de infância que se tentou universalizar. Os líderes comunitários tratam com crianças destituídas de elementos, considerados essenciais para a modernidade, como a família e a escola, responsáveis pelo emolduramento dos sujeitos. Na ausência dessas necessidades que determinam à condição de ser da criança pobre, tende a ocorrer crise no modelo de infância burguesa. Provavelmente, os agentes pastorais fazem referência à “infância subtraída”, tomando como base os elementos que fundamentam o sentimento burguês de ter infância.

Assim, nos discursos desses agentes da PCr nota-se a distinção entre ser criança e ter infância, explicitada no Esquema 2 a seguir:



Esquema 2: ser criança e ter infância

Nesse sentido, ser criança não significa ter infância. Esses agentes pastorais realizam uma distinção: ser criança relaciona-se à natureza, a um período biológico da pessoa humana; ter infância está diretamente ligado ao cumprimento de direitos que garantem a sobrevivência dessa criança, de forma que o natalício é um presente divino, mas a manutenção dessa nova vida torna-se responsabilidade exclusiva dos humanos. Dessa forma, a criança é pensada como um ser social com desenvolvimento natural, de forma que, segundo Charlot (1986, p. 129): “Não podemos dissociar o biológico do social. Os processos biológicos são sempre determinados socialmente”.

Araújo (2005, p. 62, 78) também defende essa idéia quando diz que:

*[...] é necessário distinguir infância e criança. A infância é uma etapa da vida. Assim como são fases da vida a adolescência, a juventude, a adultícia, a velhice. O termo criança se refere concretamente à pessoa que está vivendo a infância. [...] a criança vive a infância e se projeta para as outras fases da vida, é forjada do futuro e da história.*

Assim, o ser criança apresenta-se como uma fase físico-biológica do ser humano e também como condição social concreta situada historicamente. Conceber a criança apenas com referência à natureza humana e não levar em consideração o grupo social a que pertence e as condições materiais em que está situada, consiste em camuflar a realidade de miséria e de desigualdades sociais que comprometem o desenvolvimento biológico e social do ser humano. Nesse ponto, a PCr avança, mesmo partindo de referenciais de um modelo burguês de infância, considerando que a criança pobre tem direito à infância, ou seja, aos cuidados necessários ao desenvolvimento como ser humano. A instituição procura conceber a criança saudável independente de sua condição social, o que implica sentir a infância sobre os pressupostos da dignidade humana.

Também influenciados por essas idéias, os agentes pastorais discutiram que a condição social da criança é determinante na qualificação da infância, como se observa em alguns traços dos discursos: “seja essa infância boa

ou ruim”<sup>AP4</sup>, “Quando se tem uma boa infância”<sup>AP7</sup>. Esses agentes defenderam que existem tipos de infância. Ao invés de interpretarem o sentimento de infância pela categorização infância-presente e infância-ausente, preferiram distinguir infância-boa de infância-ruim.

Falaram que ser criança e ter infância são condições pertencentes tanto aos filhos dos ricos como aos dos pobres. Independente de terem ou não uma infância desejada, as pessoas nascem criança e a sociedade de adultos é que realiza a distinção de infâncias, conforme a fala da agente: “Elas nascem criança, mas se transportam para um mundo social onde não têm as mínimas condições de viver a sua infância”<sup>AP4</sup>. Nesse sentido, a infância é uma condição de toda a criança e a situação social pode influenciar na qualidade dessa infância que é apresentada como “semente da paz ou semente da violência”<sup>AP1</sup>.

Para esses agentes, ser criança é um estado natural de todo o recém-nascido, este considerado: “Do ponto de vista pastoral como expressão do amor de Deus para com a humanidade. [...] pessoa em potencial para ser gente, mais humana”<sup>AP2</sup>. O ser criança pode ser um direito natural de cada ser humano que nasce, mas ter boa infância consiste num direito a ser conquistado para as crianças que nascem nos bolsões de pobreza de nosso país. Nascer criança pobre no Brasil, principalmente nas Regiões Norte-Nordeste, indica a negação dos direitos humanos pela vida, conseqüentemente a vivência da infância-ruim, no sentido apregoado por essa agente da PCR: “infância ruim no sentido das dificuldades que conhecemos de marginalidade”<sup>AP4</sup>.

Há, também, em quase todos os discursos dos agentes pastorais, a relação entre boa infância e bom adulto. Há uma crença de que a fase infantil influencia ou determina as demais fases da vida humana, mantendo-se a antiga concepção de que a criança constitui-se num projeto para a vida adulta e a sociedade futura: A infância “se for respeitada [...] tem todas as condições de ser um bom adulto, equilibrado, com iniciativa. Tudo isso passa pela fase da infância”<sup>AP3</sup>; “Tudo que ocorre nesta fase pode influenciar a vida da pessoa quando adolescente e adulto”<sup>AP1</sup>; por isso, “precisa de um alicerce formado de amor, carinho, atenção, para que futuramente a pessoa seja bem sucedida na

vida”<sup>AP6</sup>; então, “É a base da vida de um adulto, o alicerce da nossa vida. Quando se tem uma boa infância, com certeza, vai ser um bom adulto”<sup>AP7</sup>; “É a base para se tornar uma pessoa melhor”<sup>AP12</sup>. Para esses agentes, criança que tem uma boa infância cultiva perspectivas, crescimento, desenvolvimento.

Falando dessa forma, os agentes pastorais apresentam um discurso futurista<sup>5</sup> em torno da criança, mas não omitem o outro lado, o da criança de múltiplas carências, marcada pela insegurança social e pela ausência de perspectivas de vida, o que obriga a uma intervenção imediata. Para eles, a criança aponta para o futuro, mas constitui-se ser humano com necessidades que devem ser atendidas no tempo presente. Não descartaram a possibilidade de atribuir à criança pobre o direito de ter infância e de se tornar mais gente pela garantia de oportunidades.

A ação socioeducativa da PCr mostra-se influenciada por ambivalências em torno dos sentidos de infância, um fenômeno comum entre os próprios autores que estudam a história social da criança. A infância, compreendida como condição da criança, possui as mais diversas interpretações, dependendo do contexto histórico social e cultural em que os sujeitos estejam envolvidos. O que considero importante é que se torna evidente que a PCr, por meio da ação socioeducativa que desenvolve, tenta recuperar o sentimento de infância, vinculado ao viver num grupo familiar em contexto de pobreza. O meio dos familiares, não apenas o da família nuclear, passa a ser valorizado como lugar possível do cultivo da criança, proposta que se manifesta nesta fala: “A infância quando bem desenvolvida é bem acompanhada pelos familiares”<sup>AP4</sup>. Os agentes pastorais primam pela presença dos familiares durante o processo de acompanhamento da criança, alargando o campo de cuidadores, de forma que: “A criança nasce e se desenvolve ali no seu meio familiar”<sup>AP4</sup>.

Na PCr, infância significa cuidado. Cuidar da criança pobre torna-se uma necessidade na luta pela infância. Esse desejo está presente na vida de cada líder comunitário que aprendeu a se preocupar com o bem-estar dos

<sup>5</sup> Passetti (2002) também comenta sobre a representação da infância como “semente do futuro”, sentimento bastante cultivado no início do século 20 no Brasil e que permanece até os nossos dias.

filhos das pessoas que moram nas comunidades pobres. Um sentimento de alteridade que está presente nos discursos: “Devemos preservar e cuidar da infância. [...]. Eu posso ajudar as crianças dos outros a melhorar sua infância. [...] Fazer o que não fizeram comigo”<sup>AP8</sup>.

Essa Pedagogia da sobrevivência apregoada e exercitada pela PCr, tanto propõe uma ação socioeducativa, quando orienta os familiares no cuidado com as crianças, como tem influenciado, de forma significativa, no cultivo do sentimento de infância a partir das condições de vida das comunidades pobres acompanhadas.

## Referências

- ARAÚJO, José Carlos Souza. Delimitações antropológicas sobre a criança na modernidade ou a multiplicidade de projetos antagônicos. In: *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 22, n. 8, p. 55-81, jan./abr., 2005.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. de Roberto Raposo. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 1990.
- CASTEL, Robert. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Trad. de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CHARLOT, Bernard. *A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação*. 2. ed. Trad. de Ruth Rissin Josef. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- CORAZZA, Sandra Mara. Novos Lugares do infantil. In: GURSKI, Roselene et al (Orgs.). *Cenas da infância atual: a família, a escola e a clínica*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- DORNELLES, Leni Vieira. *Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber*. Petrópolis: Vozes, 2005. (Coleção Infância e Educação).
- FARIAS, Mabel. Infância e educação no Brasil nascente. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GONDRA, José G. A necessidade da infância In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 3. ed. Porto Alegre: Meditação, 2004.

KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. (Coleção o que Você Precisa Saber Sobre...).

NASCIMENTO, José Mateus. *Vinde a mim os pequeninos: práticas educativas da Diocese de Natal (1945-1955)*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004. (Dissertação de Mestrado em Educação).

NUNES, Deise Gonçalves. Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade à cidadania. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da Criança no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. 7. ed. Tradução Elia Ferreira Edel Petrópolis: Vozes, 2002.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Infância, escola e pobreza: ficção e realidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações* (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Recebido em: 19/6/2007

Aceito em: 24/3/2008

